

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL



APRESENTAÇÃO

INOVAÇÕES E DESAFIOS

DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

NOTAS EXPLICATIVAS

ANEXOS

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

UG 050001  
ABRIL DE 2020

# APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva dos casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a justiça especializada. O STJ é responsável também pela administração da Justiça Federal, por meio do Conselho da Justiça Federal. A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao tribunal.

Destaca-se que o STJ tem acompanhado a evolução da Contabilidade Pública, atuando de forma ativa nos processos de mudanças definidos pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, o que tem permitido maior transparência da gestão pública realizada por esta Corte.

A Seção de Conformidade e Orientação Contábil - SECOC, de acordo com o Manual de Organização desta Corte, compõe a estrutura da Secretaria de Administração e, conforme o item 10.4, exerce as atribuições de Setorial Contábil de Órgão Superior neste Tribunal. A execução orçamentária e financeira fica a cargo da Secretaria de Orçamento e Finanças enquanto a gestão patrimonial e do almoxarifado são de responsabilidade da Coordenadoria Suprimentos e Patrimônio, ambas as unidades compõem a estrutura desta Corte.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. Essas atividades, dentre outras, incluem:

1. analisar e avaliar a consistência das Demonstrações Contábeis dos órgãos e das entidades vinculadas, solicitando providências quanto às regularizações das impropriedades detectadas nos registros contábeis;
2. recomendar os ajustes contábeis quando necessários à integralidade e à tempestividade da informação contábil;
3. acompanhar, orientar e apoiar tecnicamente as áreas administrativas sobre procedimentos contábeis e aplicação de normas para o registro fidedigno dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, em consonância com as diretrizes dos órgãos superiores do sistema de contabilidade;
4. apoiar a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão central de contabilidade, no avanço e no aperfeiçoamento das rotinas e dos procedimentos contábeis;
5. conciliar os saldos contábeis com os relatórios mensais de bens móveis e com o almoxarifado do STJ;
6. registrar da conformidade contábil e publicar as demonstrações contábeis;
7. executar atividades relacionadas ao encerramento do exercício, de acordo com a normatização publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e recomendações do Tribunal de Contas da União.

O resultado das análises das demonstrações financeiras e demais relatórios do SIAFI é evidenciado na conformidade contábil mensal realizada por esta Setorial Contábil e pelo contador responsável do STJ, de acordo com os procedimentos descritos no Manual do SIAFI e a Macrofunção 02.03.15 – Conformidade Contábil.

## INOVAÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade e, para isso:

1. Analisa integralmente as folhas de pagamento de pessoal tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% por centos dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária deste Órgão;
2. Acompanha mensalmente os registros contábeis da gestão patrimonial do STJ por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. Capacita comissões na realização de avaliação de bens a serem executadas no presente exercício;
4. Executa a conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis sob gerencia deste órgão;
5. Verifica a execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
6. Elabora orientações contábeis com resultado em análise dos demonstrativos do SIAFI, em especial os auditores contábeis;
7. Acompanha os restos a pagar, visando à redução do estoque com a finalidade de minimizar os impactos no limite financeiro imposto pelos normativos federais relacionados a esta matéria.

## DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, com vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;
2. Garantir a correta contabilização dos todos os fatos e atos orçamentários, financeiro e patrimonial desta Corte, através da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;
3. Fornecer à administração informações atualizadas e exatas de sua competência para subsidiar a tomada de decisões;
3. Especializar-se como unidade de assessoramento no campo da contabilidade pública;
4. Subsidiar o STJ na transparência pública dos atos e fatos de sua gestão;
5. Aperfeiçoar a comunicação com as unidades gestoras internas para cumprimento das normas contábeis pertinentes à execução orçamentária, financeira e patrimonial;

6. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (Sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, controle interno, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco à aplicação correta das normas federais correlatas à matéria;

7. Emitir Notas Explicativas de forma organizada e estruturada, fazendo uso da referência cruzada, ou seja, associação entre a informação da Demonstração Contábil com o texto da Nota Explicativa, visando o melhor entendimento por parte dos usuários das informações.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do STJ são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no Siafi. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras desta Corte, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

As estruturas e a composição das demonstrações estão de acordo com as bases propostas pelas práticas contábeis brasileiras (doravante modelo PCASP). Desta forma, são compostas pelos (as): a) Balanço Patrimonial (BP); b) Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); c) Balanço Orçamentário (BO); d) Balanço Financeiro (BF) e; e) Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Para garantia da confiabilidade das demonstrações contábeis, são executados controles e verificações regulares com escopos específicos, abrangendo os lançamentos e procedimentos contábeis considerados relevantes e de maior risco de comprometimento das informações. Para tanto, adotam-se padrões compatíveis com as normas editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, pela Secretaria do Tesouro Nacional e pelo Tribunal de Contas da União.

Além dos demonstrativos apresentados, há o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL). Conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), a publicação do mesmo é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não exerce atividades na conformidade de uma sociedade anônima, a DMPL não será apresentada.

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), parte integrante das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários.

As Demonstrações Contábeis da UG 050001 – Secretaria do Superior Tribunal de Justiça - a seguir transcritas, contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **até 30 de abril de 2020**.

# BALANÇO PATRIMONIAL - BP

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução de 2020 em relação a dezembro de 2019. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta Corte.

ATIVO	NE	ABR20 (R\$)	DEZ19 (R\$)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>		185.332.632,19	209.976.899,70
Caixa e Equivalente de Caixa	<b>01</b>	166.114.240,95	186.102.972,44
Demais Créditos e Valores - Curto Prazo	<b>02</b>	14.729.319,28	20.002.904,02
Estoques	<b>03</b>	4.460.154,47	3.829.248,25
VPDs pagas Antecipadamente.		28.917,49	41.774,99
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		406.698.785,08	394.631.493,99
Ativo Realizável a Longo Prazo (LP)		570.741,78	570.741,78
Demais Créditos e Valores a LP	<b>02</b>	570.741,78	570.741,78
<b>Imobilizado</b>	<b>04</b>	369.804.104,89	359.597.041,30
Bens Móveis		58.211.878,54	57.443.553,67
Bens Móveis		85.366.433,93	81.002.190,98
(-) Depreciação		-27.154.555,39	-23.558.637,31
Bens Imóveis		311.592.226,35	302.153.487,63
Bens Imóveis		311.842.792,98	302.402.082,14
(-) Depreciação		-250.566,63	-248.594,51
Intangível	<b>05</b>	36.323.938,41	34.463.710,91
<b>TOTAL</b>		<b>592.031.417,27</b>	<b>604.608.393,69</b>

PASSIVO + PATRIMONIO LÍQUIDO	NE	ABR20 (R\$)	DEZ19 (R\$)
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>		201.479.122,61	221.526.814,05
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	<b>06</b>	82.879.223,62	77.403.010,69
Fornec. e Contas a Pagar - CP		5.397.314,94	2.180,36
Provisões a Curto Prazo	<b>06</b>	21.245.376,33	50.945.969,00
Demais Obrigações a CP		91.957.207,72	93.175.654,00
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		1.847.896,15	1.735.689,15
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		3.499,16	33.542,35
Provisões a Longo Prazo	<b>07</b>	1.844.396,99	1.702.146,96
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		388.704.398,51	381.345.890,33
Resultado Acumulados		388.704.398,51	381.345.890,33
Resultado do Exercício		22.045.591,25	-131.979.881,26
Result. de Exerc. Anteriores		381.345.890,33	479.835.131,80
Ajustes de Exerc. Anteriores		-14.687.083,07	33.490.639,79
<b>TOTAL</b>		<b>592.031.417,27</b>	<b>604.608.393,69</b>

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

R\$

DESCRIÇÃO	NE	ABR20	DEZ19
1.SALDO PATRIMONIAL			

Ativo Financeiro + Ativo Permanente		592.031.417,27	604.608.393,69
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		(1.035.730.562,58)	(283.866.295,57)
<b>TOTAL</b>	<b>08</b>	<b>(443.699.145,31)</b>	<b>320.742.098,12</b>
<b>2 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS</b>			
Garantias/Contrag. Rec.a Exec		15.355.134,41	13.985.926,68
Dir.Conv/Instr/Cong. a Rec.		-	-
<b>TOTAL</b>	<b>09</b>	<b>15.355.134,41</b>	<b>13.985.926,68</b>
<b>3 QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS</b>			
Exec. dos Atos Potenciais		362.344.386,74	249.965.839,63
Ob. Conv./Out/Inst. Cong.a Lib.		3.214.223,84	2.853.789,80
Obrig. Contratuais a Exec.		359.130.162,90	247.112.049,83
<b>TOTAL</b>	<b>10</b>	<b>362.344.386,74</b>	<b>249.965.839,63</b>
<b>4.DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL</b>			
Destinação de Recursos			<b>DÉFICIT</b>
Recursos Ordinários			-486.023.251,53
Recursos Vinculados			-189.388.129,42
<b>TOTAL</b>	<b>08</b>		<b>-675.411.380,95</b>

## CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BP

### MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real e os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

### CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto nº 93.872/1986), é mantida no Banco Central - BACEN e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

### DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original e suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculados por meio do aplicativo 'Sistema de Débito' disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União - TCU.

### TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, a qual teve o seu saldo gerado por lançamento contábil automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, fazendo refletir nos demais créditos a curto prazo os valores transferidos a comprovar por meio de TED's.

## ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

## ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos a receber a longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio e cuja atualização monetária e incidência de juros de mora é calculado pelo 'Sistema de Débito' do sítio web do Tribunal de Contas da União. Uma vez que a Portaria/MF nº 75/2012 informa que os créditos dessa natureza inferiores a R\$ 1.000,00 (um mil reais) não serão inscritos em dívida ativa, o STJ constituiu ajustes para perdas quando frustradas todas as medidas de ressarcimento ao erário de valores que se enquadram na referida portaria.

## IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos a depreciação ou amortização (esta no caso de softwares com vida útil definida), bem como redução ao valor recuperável e reavaliação. A atualização dos valores históricos é realizada anualmente com base nos percentuais de imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) fornecidas pelo Governo do Distrito Federal.

Os gastos posteriores à aquisição, construção ou produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que tais gastos aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais desta Corte é executado por sistema informatizado próprio, ora denominado Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, dentre outras rotinas.

## INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (impairment).

## DEPRECIÇÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsoletismo e a utilidade desse bem à entidade. Constam no anexo III da Instrução Normativa STJ/GP n. 20 de 22 de novembro de 2019 as metodologias de cálculos da depreciação e avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis desta Corte.

## DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes.

## DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado mensal e automaticamente pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014). A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

## PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar e demais obrigações

## ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em notas explicativas.

## RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD com os superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

## SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior mas ainda não liquidados no exercício corrente.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA



Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas “Demais Contas – Caixa Econômica Federal/CEF” e “Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento”. A primeira registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extra orçamentária e que representam entradas transitórias, sendo suas rentabilidades acompanhadas neste exercício por meio do processo STJ nº 4455/2020; já a segunda, indica os recursos financeiros disponíveis ao STJ e estão distribuídos por fontes e vinculações conforme Anexo I. **A fonte 100 equivale a cerca de 83,43%** das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantida com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais desta Corte, sem contrapartida.

#### NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Os créditos a receber de terceiros no curto e longo prazo são demonstrados na tabela a seguir. Os créditos por danos ao erário englobam créditos administrativos (cobrança administrativa) registrados na contabilidade após a apuração de seu valor e definida a responsabilidade do devedor. Esses créditos se subdividem em dois grupos: créditos a receber por débitos de terceiros em prestação de serviços e créditos a receber por folha de pagamento, contando no processo STJ nº 6442/2015 as instruções administrativas internas para suas respectivas cobranças. Já a rubrica “Adiantamento – Termo Execução Descentralizada” está relacionada com os adiantamentos de recursos financeiros decorrentes de transferências para outras unidades por meio de Termo de Execução Descentralizada – TED, os quais estão vigentes e adimplentes, aguardando o término da vigência para, mediante a prestação de contas, efetuar os procedimentos de baixa e conclusão no SIAFI.

CONTAS	ABR/20 (R\$)	DEZ/19(R\$)	AH(%)
Créditos a receber por cessão de pessoal	2.244,67	6.774,40	-66,87%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	18.693,50	-	-
Créditos por dano ao patrimônio	113.294,93	115.817,36	-2,18%
Créditos por danos à folha de pagamento	624.025,65	575.284,98	8,47%
<b>TOTAL</b>	<b>739.565,25</b>	<b>697.876,74</b>	<b>5,97%</b>

#### NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoxarifado- RMA, até abril deste exercício, registrou entradas de material de consumo no total R\$ 2.991.690,38, saídas de R\$ 2.360.784,16 e saldo final de estoque no montante de R\$ 4.460.154,47. A aquisição neste período de “Material de Processamento de Dados (80,75%) e Copa e Cozinha (46,21%) e Material Elétrico e Eletrônico (36,63%) justificam também o aumento de 16,48% dos estoques de almoxarifado do STJ em relação ao seu saldo de encerramento de 2019. Eventuais divergências entre valores registrados no SIAFI e aqueles apresentados no RMA estão justificados no processo STJ nº 1956/2020, constando no Anexo II a relação detalhada de cada item de material de consumo adquirido em 2020 e sua respectiva variação unitária em relação ao saldo final de estoque de 2019.

#### NOTA 04 – IMOBILIZADO

Em 30/04/2020, o STJ apresentou o saldo de R\$ 369.076.359,73 (trezentos e sessenta e nove milhões setenta e seis mil trezentos e cinquenta e nove reais e setenta e três centavos) relacionados ao imobilizado que é segregado em dois grupos: a) bens móveis e b) bens imóveis.

- **BENS MÓVEIS**

A conta Bens Móveis totalizou o montante de R\$ 85.366.433,93 e o Relatório de Movimentação de Bens – RMB finalizou o período registrando R\$ 3.509.913,08 de entradas orçamentárias e extra orçamentárias e/ou reavaliações. O saldo das doações, baixa por depreciação e redução a valor recuperável alcançaram a soma de R\$ 213.248,23 e o estoque patrimonial finalizou abril com o montante de R\$ 76.565.766,98. O aumento de 3,38% de nossos estoques, em relação ao saldo de encerramento de 2019, é justificado principalmente pela aquisição de “Ativos de Rede de TIC” (29,04%), “Veículos de Tração Mecânica” (8,73%) e Mobiliário Geral (8,08%). O contrato STJ nº 106/2013 foi executado parcialmente gerando divergência de saldos da conta 12311.01.02 entre o SIAFI e o relatório RMB no total de R\$ 3.161.397,75 e sua conclusão aguarda posicionamento final nas esferas administrativas e judiciais. Demais divergências entre valores registrados no SIAFI e aqueles apresentados no referido relatório estão justificados no processo STJ nº 1956/2020, constando no Anexo III a relação detalhada de cada grupo de bens móveis adquiridos ou não em 2020 e sua respectiva variação unitária em relação ao saldo final do exercício anterior.

- **BENS IMÓVEIS**

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis do STJ localizados em Brasília constando no SIAFI o saldo de R\$ 311.842.792,98, o qual foi atualizado em 3,28% em atendimento ao disposto da Instrução Normativa STJ nº 16/2015 (ver processo STJ nº 6420/2015), tendo como parâmetro de reajuste os índices informados na Lei 6.436/2019-GDF, de 20 de dezembro de 2019. O saldo de depreciação do referidos bens é de R\$ 250.566,63, contando no Anexo IV, a relação detalhada dos imóveis sob gerência desta Corte.

#### NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

A conta de intangível, representada pelos softwares adquiridos e/ou desenvolvidos por este Órgão, finalizou o mês com o saldo R\$ 36.323.938,41. Em relação ao saldo de encerramento de 2019, que foi de R\$ 34.463.710,91, houve aumento de investimentos nesse grupo patrimonial na ordem de 5,4%.

#### NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

- **OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS**

Em atenção à Lei Orçamentária de 2020 e às instruções nos processos STJ nº 18.218/2019 e STJ nº 38.566/2019, foram registrados no encerramento do exercício anterior os seguintes passivos judiciais: a) precatórios de pessoal – R\$ 40.363.763,19; b) precatórios de benefícios previdenciários – R\$ 37.039.247,50 c) Precatórios de Terceiros – R\$ 88.414.225,50. Em abril, não houve movimentação nas referidas contas.

- **PROVISÕES A CURTO PRAZO**

Semelhante ao informado no item anterior, registrou-se no encerramento de 2019 o total de R\$ 50.945.696,00 na conta provisão para indenizações trabalhistas para pagamento de débitos judiciais relacionados com requisições de pequeno valor (RPV), também previstos na Lei Orçamentária de 2020 e devidamente instruídos conforme trâmites nos processos STJ nº 18218/2019 e STJ nº 38566/2019.

O provisionamento inicial de RPV, acima informado, foi reduzido R\$ 6.063.015,00 conforme orientações do Ofício Circular nº 48/2020-ME e o saldo da conta passou a ser de R\$ 44.882.954,00. O passivo atual é de R\$ 21.245.376,33 considerando os pagamentos de meses anteriores e os de abril, que totalizaram a monta de R\$ 2.316.382,27.

#### NOTA 07 - PROVISÕES DE LONGO PRAZO

Em conformidade com as normas de encerramento de exercício, foram constituídas provisões para perdas administrativas no valor R\$ 1.810.854,64 (CPF: 061.233.991-28), R\$ 13.579,23 (CPF: 549.151.987-15) e R\$ 19.963,12 (CPF: 660.522.209-10) tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das referidas despesas (STJ nº 29.940/2015).

#### NOTA 08 – SALDO PATRIMONIAL

No mês em análise, o presente saldo se encontra deficitário em R\$ 443.699.145,31 indicando que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em RPs é maior que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações. Esta situação será normalizada até o encerramento do exercício no momento em que a Secretaria do Tesouro Nacional disponibilizar a totalidade das cotas necessárias para a liquidação dos compromissos assumidos.

#### NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição deste Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. Consta o saldo de R\$ 15.355.134,41 até o final de **abril**, sendo assim distribuídos: R\$ 14.801.240,19 (96,39%) – Seguros Garantias; R\$ 449.576,30 (2,93%) – Fianças; e R\$ 104.317,92 (0,68%) – Cauções.

#### NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TED's) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

Até o presente mês, foram repassados por meio de TEDs R\$ 530.348,99, estando pendentes de comprovação o montante de R\$ 53.121,62 e ficando o total de R\$ 3.214.223,84 a serem repassados, informações estas detalhadas no Anexo V.

As obrigações contratuais na presente data alcançaram o total de R\$ 407.369.108,42, sendo assim distribuídas: a) R\$ 390.603.017,21 de serviços; b) R\$ 390.077,62 de aluguéis; c) R\$ 40.352.866,03 de fornecimento de bens; e d) R\$ 32.687,06 de seguros. Os compromissos contratuais relacionados com serviços representam a maioria (95,88%) do total das obrigações assumidas pelo STJ até a presente data.

# DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Evidencia as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Taxas		11.881.151,77	12.766.116,41
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		357.667,56	624.926,75
Transferências e Delegações Recebidas		580.409.956,26	600.243.026,06
Outras Transferências e Delegações Recebidas		36.036,13	7.211,94
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		9.181.843,46	4.527.216,20
Reavaliação de Ativos		8.960.960,89	4.186.693,38
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		1.115.572,66	1.111.323,63
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		1.113.050,23	1.111.323,63
<b>TOTAL</b>	<b>11</b>	<b>602.946.191,71</b>	<b>619.273.000,53</b>

## VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	N.E.	2020 (R\$)	2019 (R\$)
Pessoal e Encargos		298.993.612,94	299.389.583,78
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		127.243.934,10	123.889.167,35
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		73.093.883,04	57.710.470,10
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		254,30	34.800,14
Transferências e Delegações Concedidas		79.756.225,02	74.567.697,71
Transferências Intragovernamentais		79.560.844,46	74.226.042,27
Outras Transferências e Delegações Concedidas		195.380,56	341.655,44
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		232.010,10	432.877,91
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		11.168,00	-
Perdas Involuntárias		3.484,31	5.399,62
Incorporação de Passivos		-	54.921,62
Desincorporação de Ativos		217.357,79	372.556,67
Tributárias		49.584,27	47.284,54
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		28.425,47	30.346,11
Contribuições		21.158,80	16.938,43
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		1.531.096,69	1.229.047,91
<b>TOTAL</b>	<b>12</b>	<b>580.900.600,46</b>	<b>557.300.929,44</b>
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>		<b><u>22.045.591,25</u></b>	<b><u>61.972.071,09</u></b>

## CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO DVP

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas por este Órgão provocaram alterações no patrimônio desta Corte, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade

#### TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos no STJ e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI "Taxa pela Prestação de Serviços" deste Órgão, os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

#### EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria das receitas deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos entre outros).

#### TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldo em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

#### OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual o pagamento de ajuda de custos e auxílio moradia compõem a quase totalidade de seu saldo.

#### RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção se refere às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção se refere às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa, o que é permitido, de acordo com o modelo PCASP.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superavit/ Deficit do Exercício. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	ABR20 (R\$)	ABR19 (R\$)	AH (%)
<b>(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)</b>	<b>602.946.191,71</b>	<b>619.273.000,53</b>	<b>-2,6%</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	11.881.151,77	12.766.116,41	-6,93
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	357.667,56	624.926,75	-42,77
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	391,48	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	580.409.956,26	600.243.026,06	-3,30
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	9.181.843,46	4.527.216,20	102,81
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.115.572,66	1.111.323,63	0,38

A variação observada no item “Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos” de 102,81% decorreu, na quase totalidade, da reavaliação de bens imóveis em janeiro do presente exercício conforme elucidado na “Nota 04”.

### NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	ABR20 (R\$)	ABR19 (R\$)	AH (%)
<b>(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)</b>	<b>580.900.600,46</b>	<b>557.300.929,44</b>	<b>4,2%</b>
Pessoal e Encargos Sociais	298.993.612,94	299.389.583,78	-0,13
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	127.243.934,10	123.889.167,35	2,71
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	73.093.883,04	57.710.470,10	26,66
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	254,30	34.800,14	-99,27
Transferências e Delegações Concedidas	79.756.225,02	74.567.697,71	6,96
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	232.010,10	432.877,91	-46,40
Tributárias	49.584,27	47.284,54	4,86
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	1.531.096,69	1.229.047,91	24,58

A variação positiva de 26,66% apresentada na linha “Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo” justifica-se, em sua maior parte, por pagamentos acumulados até o mês de abril de 2020, não ocorrendo na mesma proporção até abril do exercício anterior, sensibilizando as VPDs 33231.01.00 (Serviços Técnicos Profissionais) e 33231.02.00 (Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional).

# BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidencia, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

## DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

RECEITAS	NE	PREV. INC. (a)	PREV. ATUALIZ. (b)	RECEITAS REALIZ. (c)	SALDO (d)=(c-b)
Receitas Correntes	13	1.273.448,00	1.273.448,00	8.561.349,73	7.287.901,73
Receitas Tributárias		-	-	8.316.806,70	8.316.806,70
Receitas de Serviços		78.789,00	78.789,00	2.795,43	-75.993,57
Outras Receitas Correntes		1.194.659,00	1.194.659,00	241.747,60	-952.911,40
<b>Subtotal com Financiamentos</b>		1.273.448,00	1.273.448,00	8.561.349,73	7.287.901,73
<b>Déficit</b>	14			<b>1.304.884.972,75</b>	<b>1.304.884.972,75</b>
<b>TOTAL</b>		1.273.448,00	1.273.448,00	1.313.446.322,48	1.312.172.874,48

DESPESAS	NE	DOT. INICIAL	DOT. ATUALIZ.	DESP. EMP	DESP LIQ	DESP PAGAS	SD DA DOT.
Desp. Corrente		1.574.902.405,00	1.577.380.676,00	1.300.049.309,90	496.732.883,00	495.203.671,11	277.331.366,10
Pes/Enc. Sociais		1.235.285.514,00	1.235.285.514,00	1.033.869.528,59	421.058.708,62	421.058.708,62	201.415.985,41
Out. Desp. Corr.		339.616.891,00	342.095.162,00	266.179.781,31	75.674.174,38	74.144.962,49	75.915.380,69
Desp de Capital		49.095.401,00	49.095.401,00	13.397.012,58	1.165.208,82	1.165.208,82	35.698.388,42
Res. de Conting.		1.726.016,00	1.726.016,00	-	-	-	1.726.016,00
<b>TOTAL</b>	15	1.625.723.822,00	1.628.202.093,00	1.313.446.322,48	497.898.091,82	496.368.879,93	314.755.770,52

## DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

NÃO PROCESSADOS	NE	INSC EX. ANT (A)	INSC 31.1219 (B)	LIQ (C)	PAGOS (D)	CANC (E)	SD (F=A+B-D-E)
Despesas Correntes		2.502.011,23	39.646.837,54	31.354.413,45	31.335.602,40	3.108.738,18	7.704.508,19
Pes/Enc. Sociais		193.950,66	8.081.735,52	6.025.070,39	6.025.070,39	1.716.470,66	534.145,13
Out. Desp. Correntes		2.308.060,57	31.565.102,02	25.329.343,06	25.310.532,01	1.392.267,52	7.170.363,06
Despesas de Capital		1.786.997,08	16.670.126,72	4.663.573,70	4.576.850,00	169.140,80	13.711.133,00
Investimentos		1.786.997,08	16.670.126,72	4.663.573,70	4.576.850,00	169.140,80	13.711.133,00
<b>TOTAL</b>	16	4.289.008,31	56.316.964,26	36.017.987,15	35.912.452,40	3.277.878,98	21.415.641,19

PROCESSADOS/NÃO PROC LIQUIDADOS	NE	INSC EM EX ANT.	INSC EM 31.1219	PAGOS	CANCELADOS	SALDOS
Despesas Correntes		2.680.529,15	1.840.389,69	1.675.768,72	-	2.845.150,12
Outras Despesas Correntes		2.680.529,15	1.840.389,69	1.675.768,72	-	2.845.150,12
Despesas de Capital		80.774,79	2.295,33	-	-	83.070,12
Investimentos		80.774,79	2.295,33	-	-	83.070,12
<b>TOTAL</b>	16	2.761.303,94	1.842.685,02	1.675.768,72	-	2.928.220,24

## CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BO

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com àquelas efetivamente realizadas é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário neste Órgão

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 13 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam as previsões de receitas atualizadas e isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, competência esta da Secretaria-Adjunta de Assuntos Fiscais da Secretaria de Orçamento Federal SEAFI/SOF (Portaria nº 02, de 17 de fevereiro de 2017 – DOU – Seção 01 nº 37, terça-feira, 21 de fevereiro de 2017). A STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas impropriedades, conforme se observa na mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

### NOTA 14 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

Essa linha apresenta a diferença entre as receitas realizadas e as despesas empenhadas com finalidade de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário. As despesas deste Tribunal são custeadas pelas dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual cujas fontes de recursos (receitas) são disponibilizadas/indicadas pelo Tesouro Nacional no decorrer do exercício.

### NOTA 15 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A seguir é demonstrado a execução orçamentária da UO 11101 até o mês de abril deste exercício tendo como base a LOA 2020. No referido quadro estão incluídos todos os destaques recebidos e excluídas as despesas de precatórios e RPVs, visto que tais despesas pertencem ao orçamento da UO 71103 - Ministério da Economia, apesar de serem executadas pelo STJ.



## LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL – LOA 2020

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 1.625.723.822,00					
		PREVISTO (R\$)		EXECUTADO (R\$)		SD	
<b>EXEC %</b>							
<b>PROGRAMA</b>							
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário		1.621.883.926,00		473.443.097,63		29,19%	
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais		49.211,00		15.652,50		31,81%	
0999 - Reserva de Contingência		3.790.685,00		-		0,00%	
<b>FUNÇÃO</b>							
02 – Judiciária		1.210.133.764,00		330.737.625,87		27,33%	
09 - Previdência Social		411.750.162,00		142.705.471,76		34,66%	
28 - Encargos Especiais		47.520,00		15.652,50		31,81%	
99 - Reserva de Contingência		3.790.685,00		-		0,00%	
<b>SUBFUNÇÃO</b>							
061 - Ação Judiciária		267.008.880,00		40.237.989,07		15,07%	
122 - Administração Geral		725.543.110,00		218.117.870,95		30,06%	
128 - Formação de Recursos Humanos		8.687.052,00		1.143.371,32		13,16%	
272 - Previdência do Regime Estatutário		411.750.162,00		142.705.471,76		34,66%	
301 - Atenção Básica		60.163.713,00		22.176.334,06		36,86%	
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador		38.759.452,00		12.537.869,81		32,35%	
846 - Outros Encargos Especiais		110.020.768,00		36.539.843,16		33,21%	
999 - Reserva de Contingência		3.790.685,00		40.237.989,07		15,07%	
<b>GRUPO DE DESPESA</b>							
1 - Pessoal e Encargos Sociais		1.235.285.514,00		396.844.325,64		32,13%	
3 - Outras Despesas		341.340.928,00		75.449.215,67		22,10%	
4 – Investimentos		49.097.380,00		1.165.208,82		2,37%	
9 - Reserva de Contingência		-		-		0,00%	
<b>FONTE POR GRUPO DE DESPESA</b>							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST	9 – RES	TOTAL	EXECUTADO	%
100	823.535.352,00	239.136.383,00	48.979.880,00	-	1.111.651.615,00	296.913.125,14	26,71%
127	-	40.835.673,00	-	-	40.835.673,00	11.639.216,67	28,50%
150	-	78.789,00	-	-	78.789,00	-	0,00%
151	-	60.095.424,00	117.500,00	-	60.212.924,00	22.191.986,56	36,86%
156	102.491.735,00	-	-	-	102.491.735,00	-	0,00%
169	309.258.427,00	-	-	-	309.258.427,00	142.705.471,76	46,14%
175	-	1.194.659,00	-	-	1.194.659,00	-	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>1.235.285.514,00</b>	<b>341.340.928,00</b>	<b>49.097.380,00</b>	<b>-</b>	<b>1.625.723.822,00</b>	<b>473.449.800,13</b>	<b>29,12%</b>

### NOTA 16 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro “Execução dos Restos a Pagar não Processados”, do saldo total de R\$ 60.605.972,57 milhões referente aos restos a pagar de exercícios anteriores e aos inscritos em 31.12.2019, cerca de 59,26% foram pagos e 5,41%, cancelados até a presente data. Dos valores pagos, destacam-se os valores de: R\$ 19.292.675,70 referente a diversas despesas com assistência médica dos servidores deste STJ, conforme se pode observar nos empenhos 2018NE000051, 2019NE000036 e 2019NE000037; e R\$ 5.397.942,98 referente a despesas com folha de pagamento, vide empenhos 2019NE000004 e 2019NE000006. No quadro “Execução dos Restos a Pagar Processados e não Liquidado”, destaca-se a permanência do valor de R\$ 1.835.303,61 a pagar à Empresa Central IT Tecnologia da Informação Ltda. a conta do Empenho 2015NE000342 em virtude de uma série de irregularidades na execução do Contrato STJ 14/2015 que ainda estão pendentes de deliberação por parte da Administração conforme histórico observado no Processo STJ 10627/2015. Com o novo regime fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/2016, fez-se necessária melhor gestão dos restos

a pagar, já que concorrem diretamente, em cada exercício, com as despesas pagas referentes ao orçamento anual, para fins de limite de pagamento da despesa. À vista disso, esta setorial contábil monitora no decorrer do exercício a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar nos Processos STJ 38515/2019, 38651/2019 e 74/2020.

A Lei de Responsabilidade Fiscal dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal de cada quadrimestre deverá conter o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, às empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. O demonstrativos desta Corte podem ser consultado no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral>

# BALANÇO FINANCEIRO

Demonstrativo contábil em que se confrontam num dado momento, as receitas e despesas orçamentárias deste Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

DOS INGRESSOS			
DESCRIÇÃO	NE	2020 (R\$)	2019 (R\$)
<b>RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS</b>		8.561.349,73	9.401.446,31
Vinculadas		8.578.146,05	9.416.033,70
Outros Recursos Vinc a Órgãos e Programas		8.578.146,05	9.416.033,70
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-16.796,32	-14.587,39
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS</b>		580.373.920,13	600.235.814,12
Resultantes da Execução Orçamentária		580.326.791,49	600.138.677,45
Cota Recebida		580.326.791,49	598.460.248,23
Repasso Recebido		-	1.639.251,80
Sub-repasso Recebido		-	39.177,42
Independentes da Execução Orçamentária		47.128,64	97.136,67
<b>RECEBIMENTOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS</b>		821.762.094,59	654.215.361,80
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.529.211,89	1.472.011,36
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		815.548.230,66	647.846.980,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		90.707,88	31.787,18
Outros Recebimentos Extraorçamentários		4.593.944,16	4.864.582,43
<b>SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR</b>		186.102.972,44	194.851.020,75
Caixa e Equivalentes de Caixa		186.102.972,44	194.851.020,75
<b>TOTAL</b>		<b>1.596.800.336,89</b>	<b>1.458.703.642,98</b>

DOS DISPÊNDIOS			
DESCRIÇÃO	NE	2020 (R\$)	2019 (R\$)
<b>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</b>		1.313.446.322,48	1.109.916.785,61
Ordinárias		919.519.928,82	948.210.471,87
Vinculadas		393.926.393,66	161.706.313,74
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS</b>		79.560.844,46	74.226.042,27
Resultantes da Execução Orçamentária		66.361.217,36	59.902.103,31
Repasso Concedido		588.570,90	185.449,26
Sub-repasso Concedido		4.894.327,63	5.000.000,00
Cota Devolvida		60.878.318,83	54.716.654,05
Independentes da Execução Orçamentária		13.199.627,10	14.323.938,96
<b>DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS</b>		37.678.929,00	26.432.125,25
Pagamento dos Restos a Pagar Processados		1.675.768,72	2.539.210,92
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados		35.912.452,40	23.854.877,15
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		90.707,88	38.037,18
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	17	166.114.240,95	248.128.689,85
Caixa e Equivalentes de Caixa		166.114.240,95	248.128.689,85
<b>TOTAL</b>		<b>1.596.800.336,89</b>	<b>1.458.703.642,98</b>

## CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DO BF

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extra orçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro. A seguir, são detalhados os principais itens dos demonstrativos contábeis.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (conforme arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e despesas, orçamentárias e extra orçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Desta forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 17 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo informado, no valor de R\$ 166.114.240,95, refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento. Registre-se que o montante de recursos financeiros a serem recebidos em 2020 corresponderão ao total da dotação atualizada para este STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual - LOA, adicionado a esse valor àquele referente à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar e ao saldo remanescente de recursos financeiros não utilizados e que serão diferidos no final do exercício.

# DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	-14.246.672,67	62.732.367,23
		2020 (R\$)	2020 (R\$)
<b>INGRESSOS</b>	18	593.619.921,90	614.533.630,04
Receita Tributária		8.316.806,70	8.936.281,97
Receita de Serviços		2.795,43	36.791,27
Outras Receitas Derivadas e Originárias		241.747,60	428.373,07
Outros Ingressos das Operações		585.058.572,17	605.132.183,73
Ingressos Extraorçamentários		90.707,88	31.787,18
Transferências Financeiras Recebidas		580.373.920,13	600.235.814,12
Arrecadação de Outra Unidade		4.593.944,16	4.864.582,43
<b>DESEMBOLSOS</b>		-607.866.594,57	-551.801.262,81
Pessoal e Demais Despesas		-490.246.035,45	-442.147.233,10
Judiciário		-323.633.292,58	-294.507.251,34
Previdência Social		-142.959.512,70	-138.935.637,01
Encargos Especiais		-23.653.230,17	-8.704.344,75
Transferências Concedidas		-37.969.006,78	-35.389.950,26
Intragovernamentais		-37.969.006,78	-35.389.950,26
Outros Desembolsos das Operações		-79.651.552,34	-74.264.079,45
Dispêndios Extraorçamentários		-90.707,88	-38.037,18
Transferências Financeiras Concedidas		-79.560.844,46	-74.226.042,27
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		-5.742.058,82	-9.454.698,13
		2020 (R\$)	2020 (R\$)
<b>DESEMBOLSOS</b>		-5.742.058,82	-9.454.698,13
Aquisição de Ativo Não Circulante		-3.939.927,82	-8.400.546,27
Outros Desembolsos de Investimentos		-1.802.131,00	-1.054.151,86
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		-19.988.731,49	53.277.669,10
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		186.102.972,44	194.851.020,75
<b>CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL</b>		166.114.240,95	248.128.689,85

## CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DFC

A Geração Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período. Em abril de 2020, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, fornecendo um valor negativo de -R\$ 19.988.731,49. Esse resultado somado à rubrica "Caixa e Equivalente de Caixa Inicial" do exercício anterior, no valor de R\$ 186.102.972,44, revelou um montante de R\$ 166.114.240,95. Tal valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica "Caixa e Equivalente de Caixa" do Balanço Patrimonial (BP) e no "Saldo para Exercício Seguinte",

apurado no Balanço Financeiro (BF), salientando que boa parte do valor da rubrica “Caixa e Equivalente de Caixa” é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar. Até o presente período em análise, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

## NOTAS EXPLICATIVAS

### NOTA 18 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

As receitas derivadas e originárias registradas neste item estão relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito deste Tribunal quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007). Já o saldo informado na linha “Outros Ingressos das Operações” representa as cotas financeiras recebidas no exercício para custear a execução orçamentária deste Órgão.

## ANEXOS

### ANEXO I RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	ABRIL/2020 (R\$)	%
0 100 – Recursos Ordinários	137.650.540,66	83,4311%
0 127 – Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	3.891.957,69	2,3589%
0 150 – Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	5.347.126,01	3,2409%
0 151 - Recursos Livres da Seguridade Social	10.145.992,75	-
0 169 - Contrib. Patronal P/ Plano Segurid. Soc. Serv.	6.317.982,54	3,8294%
0 175 – Taxas por Serviços Públicos	789.206,90	0,4783%
0350 - Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,4490%
0375 - Taxas por Serviços Públicos (Exerc. Ant.)	103.484,57	0,0627%
<b>TOTAL</b>	<b>164.987.092,02</b>	<b>100,000%</b>

### ANEXO II RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO - RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ ABRIL DE 2020 (R\$)				DEZ/2019 (R\$)	%
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SDO FINAL	SDO FINAL	VAR 2020/2019
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	225.848,58	225.861,90	506,16	519,48	-2,56%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	189,80	189,80	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	2.786,00	2.786,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	203.028,46	246.868,46	82.320,00	126.160,00	-34,75%
Material Farmacológico	286.893,86	286.893,86	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	0,00	138,11	5.447,79	5.585,90	-2,47%
Material Químico	0,00	273,00	4.641,00	4.914,00	-5,56%
Material Educativo e Esportivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	1.760,71	1.760,71	105,50	105,50	0,00%
Material para Expediente	23.830,61	40.121,69	312.087,02	328.378,10	-4,96%
Material de Processamento Dados	641.813,30	321.957,53	715.969,49	396.113,72	80,75%
Material de Acondicionamento e Embalagem	1.592,10	8.113,40	27.134,30	33.655,60	-19,38%
Material de Cama, Mesa e Banho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	21.443,67	8.002,51	42.529,90	29.088,74	46,21%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	178.910,45	205.783,00	208.624,00	235.496,55	-11,41%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	1.494,50	1.494,50	2.448,79	2.448,79	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	237.217,34	248.704,28	437.863,10	449.350,04	-2,56%
Material para Manutenção de Bens Móveis	15.847,07	25.639,24	116.460,55	126.252,72	-7,76%
Material Elétrico e Eletrônico	768.591,20	449.336,65	1.190.750,16	871.495,61	36,63%
Material de Proteção e Segurança	11.600,00	11.613,10	3.163,85	3.176,95	-0,41%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	0,00	144,64	1.492,43	1.637,07	-8,84%
Material para Comunicações	213.390,94	119.810,85	1.200.093,14	1.106.513,05	8,46%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	15.147,78	14.418,67	41.352,40	40.623,29	1,79%
Material para Manutenção de Veículos	63.394,49	63.394,49	48.127,98	48.127,98	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	100,00	427,20	6.828,13	7.155,33	-4,57%
Ferramentas	531,50	772,55	9.817,92	10.058,97	-2,40%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	21.681,20	21.681,20	505,68	505,68	0,00%

Material Bibliográfico	53.244,97	53.244,97	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	1.351,85	1.351,85	1.885,18	1.885,18	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>2.991.690,38</b>	<b>2.360.784,16</b>	<b>4.460.154,47</b>	<b>3.829.248,25</b>	<b>16,48%</b>

### ANEXO III RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS - RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ ABRIL DE 2020 (R\$)				DEZ/19 (R\$)	VAR(%)20/19
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVAL	SAÍDAS/BX DEPR/RED VALOR RECUP.	A SALDO FINAL	SALDO FINAL	%
Aeronave	0,00	0,00	7.380,00	7.380,00	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	320,00	263,52	56.992,63	56.936,15	0,10%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	0,00	3.182,58	1.479.831,93	1.483.014,51	-0,21%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	0,00	7.514,03	467.965,17	475.479,20	-1,58%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	5.114,90	5.114,90	0,00%
Aparelhos Domésticos	3.080,00	7.135,66	798.759,48	802.815,14	-0,51%
Armamentos	0,00	4.115,05	205.309,56	209.424,61	-1,96%
Coleção e Materiais Bibliográficos	0,00	0,00	1.144.845,46	1.144.845,46	0,00%
Equipamentos de Segurança	1.244,00	235,78	3.566.437,08	3.565.428,86	0,03%
Equipamentos Energéticos	7.650,00	133,78	695.666,88	688.150,66	1,09%
Equipamentos Gráficos	0,00	0,00	58.828,05	58.828,05	0,00%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	747.359,69	24.433,47	3.873.092,06	3.873.881,55	-0,02%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	16.500,00	0,00	54.708,62	38.208,62	43,18%
Material TIC	51.600,00	28.448,90	32.632.921,54	32.609.770,44	0,07%
Máquinas de escritório	0,00	5.847,78	159.669,94	165.517,72	-3,53%
Ativos de rede	929.617,00	0,00	4.131.064,40	3.201.447,40	29,04%
Máquinas de oficina	0,00	7.375,06	101.767,51	109.142,57	-6,76%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	0,00	1.167.724,39	1.167.724,39	0,00%
Computadores	0,00	0,00	299.013,88	299.013,88	0,00%
Mobiliário em Geral	557.589,51	32.668,93	6.942.053,49	6.423.364,91	8,08%
Servidores (Storage)	0,00	0,00	5.104.248,55	5.104.248,55	0,00%
Obras de Arte	1.000,00	0,00	399.162,09	398.162,09	0,25%
Impressoras	0,00	0,00	27.685,00	27.685,00	0,00%
Veículos Diversos	0,00	399,69	239.513,82	239.913,51	-0,17%
Peça não Incorporadas ao Imóvel	0,00	0,00	2.850,00	2.850,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	1.130.838,00	91.494,00	12.942.640,17	11.903.296,17	8,73%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	520,38	520,38	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>3.509.913,08</b>	<b>213.248,23</b>	<b>76.565.766,98</b>	<b>74.062.164,72</b>	<b>3,38%</b>



## ANEXO IV DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	ABRIL/2020 (R\$)
Sede do Superior Trib. de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	240.683.474,91
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	971.949,79
Residencial - SHIS QL 14 Conjunto 10 nº 06	9701050905009	1.514.122,07
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.155.413,94
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	1.427.335,90
Terreno - SGON q. 4 Lt 6	9701232575004	252.667,31
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	63.213.977,19
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	1.925.364,18

## ANEXO V TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REGISTRADO	SALDO EXECUTADO	SDATUAL A REP
688818	STJ-SF 01/2016 Sist. Gerenc. Biblioteca Senado	80.000,00	56.937,69	4.368,81
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	76.747,00	27.813,71	48.933,29
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	205.274,92	934.725,08
69834C	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	126.501,67	1.814.690,06
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	525.327,60	113.821,00	411.506,60

# DECLARAÇÃO DO CONTADOR

A Seção de Conformidade e Orientação Contábil (SECOC) compõe a estrutura da Secretaria de Administração.

A conformidade contábil das demonstrações contábeis é realizada, para assegurar a confiabilidade, fidedignidade e integridade das informações constantes do Siafi.

A verificação documental em processos de pagamentos que dão suporte aos lançamentos contábeis é realizada, no âmbito da unidade gestora 050001 por servidoras, lotadas na Secretaria de Orçamento e Finanças deste Órgão, designadas especificamente para a realização da conformidade dos registros de gestão em observância ao princípio da segregação de função.

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do Siafi, a saber, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC T 16.6, aprovada pela Resolução CFC 1.133/2008), relativos ao presente mês, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do STJ.

**Alanclei Barros**  
CRC –DF 016293/O-0

## **Apoio Técnico**

Vanôres Ferreira da Silva Junior  
José Jorge de Lima Neto  
Joyce Ellen Damacena dos Santos (estagiária)